



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL
Nº 26 /2015 – 11º OFÍCIO -PR/MA
(1.19.000.000485/2015-07)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes do Procedimento Preparatório Nº: 1.19.000.000485/2015-07, a qual noticia possível omissão do IFMA na apuração de assédio moral à adolescente discente da referida Instituição de Ensino, no campus Alcântara/MA;

Resolve, em observância aos termos do artigo 4º, §§1º e 4º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal e dos artigos 2º, §§ 4º, 6º e 7º da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e para promover ampla apuração dos fatos noticiados, converter o Procedimento Preparatório nº 1.19.000.000485/2015-07 em **INQUÉRITO CIVIL** a fim de *apurar a notícia de possível omissão do IFMA, campus Alcântara/MA, em apurar assédio moral à adolescente discente da referida instituição*, vinculado à PFDC.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à **PFDC**, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução n.º 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, do Colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Encaminhe-se os autos à Assistente Social da PR-MA para conclusão da diligência antes determinada nos autos (despacho de fls. 69/ 69 – verso).

São Luís/MA, 23 de outubro de 2015

TALITA DE OLIVEIRA
Procuradora da República
Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão